



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Índice

A. Ordem do dia.....	2
1. Proposta de Opções do Plano e Orçamento - Proposta de deliberação n.º 82/VP-FA/2015.....	2
2. Plano financeiro de sustentabilidade do Município no âmbito do Fundo de Apoio Municipal	26
3. Minuta de contrato de comodato – Edifício da Escola Básica, n.º 2 – Vila Chã de Ourique.....	27
4. Informação n.º 139/2015 DAOEM – Ponte sobre a Vala da Asseca – Ponte do Reguengo, Valada – Proposta para a inspeção técnica à infraestrutura e elaboração de relatório	27
5. Informação n.º 140/2015 DAOEM/AATA – Reparação da parede contígua ao antigo quartel da GNR – Prestação de serviços – Estimativa orçamental.....	27
6. Associação de Municípios Portugueses do Vinho - Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2016	27
7. Edital n.º 91/2015	27
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	28
FORMA DE VOTAÇÃO	28
ENCERRAMENTO	28



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Ata n.º 61- 28 de outubro 2015

Aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, no edifício dos Paços do Município, realizou-se uma reunião ordinária da câmara municipal do Cartaxo, sob a presidência do senhor Presidente, **PEDRO MIGUEL MAGALHÃES RIBEIRO (PS)**, e com a presença do Vice-Presidente, senhor **FERNANDO MANUEL DA SILVA AMORIM (PS)**, dos senhores vereadores, **SÓNIA MARGARIDA PIMENTA DA PIEDADE TEIXEIRA SANTOS SERRA (PS)**, **ÉLIA CRISTINA DE SOUSA FIGUEIREDO (PV-MPC)** - em substituição, **NUNO FILIPE ROSA NOGUEIRA (PV-MPC)**, **VASCO MANUEL HENRIQUES CUNHA (PSD)** e **MARIA DO CÉU RODRIGUES CLEMENTE RIBEIRO PEREIRA (PSD)** - em substituição.

Os senhores vereadores **PAULO JORGE VIEIRA VARANDA (PV-MPC)** e **PAULO JOSÉ LOPES DAS NEVES (PSD)** solicitaram a sua substituição, tendo as respetivas faltas sido consideradas justificadas.

APOIO – Secretariou a técnica superior Andreia Santos Elvas.

ABERTURA – Com a apresentação de saudações a todos os presentes, o senhor presidente declarou aberta a reunião, quando eram dezoito horas, constando da mesma a seguinte *Ordem do Dia*, previamente elaborada e datada de 23 de outubro do corrente ano:



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

ORDEM DO DIA

1. Proposta de Opções do Plano e Orçamento/*para deliberação*;
2. Plano financeiro de sustentabilidade do Município no âmbito do Fundo de Apoio Municipal/*para deliberação*;
3. Minuta de contrato de comodato – Edifício da Escola Básica, n.º 2 –Vila Chã de Ourique/*para conhecimento*;
4. Informação n.º 139/2015 DAOEM – Ponte sobre a Vala da Asseca – Ponte do Reguengo, Valada – Proposta para a inspeção técnica à infraestrutura e elaboração de relatório/*para conhecimento*;
5. Informação n.º 140/2015 DAOEM/AATA – Reparação da parede contígua ao antigo quartel da GNR – Prestação de serviços – Estimativa orçamental/*para conhecimento*;
6. Associação de Municípios Portugueses do Vinho - Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2016/*para conhecimento*;
7. Edital n.º 91/2015/*para conhecimento*;

A. Ordem do dia

1. Proposta de Opções do Plano e Orçamento - Proposta de deliberação n.º 82/VP-FA/2015

“Considerando que,

1. O Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 12 de Abril – que aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) – define como documentos previsionais, a adotar pelas Autarquias Locais, as Grandes Opções do Plano e Orçamento;

A conjugação da Lei que define o quadro de competências dos órgãos autárquicos com o estipulado pelo POCAL no ponto 3.1.1 das respetivas considerações técnicas, ficam as autarquias locais obrigadas à elaboração, aprovação e execução de um orçamento anual coincidente com o ano civil;

A execução dos documentos previsionais mencionados deve levar em linha de conta os princípios de utilização racional das dotações aprovadas e de gestão eficiente da tesouraria, garantia de que os custos e as despesas a realizar se justificam quanto à sua economia, eficiência e eficácia;

O POCAL estabelece as estritas regras e princípios previsionais às quais o orçamento se deve submeter, nomeadamente os resultantes da conjugação do disposto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro com o disposto no Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 12 de Abril;

No uso das competências determinadas pelo disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro que estabelece o regime jurídico das autarquias locais deve o Executivo Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, as Opções do Plano e a Proposta de Orçamento, para que esta delibere nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º da mesma Lei;

Constitui anexo do Orçamento, de acordo com o previsto no artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os orçamentos de outras entidades participadas em

d



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

relação às quais se verifique o controlo ou presunção do controlo pelo Município, bem como o mapa das entidades participadas pelo Município.

2. *Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal apresentar propostas à Assembleia Municipal sobre matérias da competência desta.*

a) *Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, em vigor por remissão da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, compete ao órgão deliberativo emitir prévia autorização para a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais do que um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização para montantes superiores a € 99.759,58 num dos anos económicos seguintes ao da sua contração, cuja despesa esteja prevista nas Grandes Opções do Plano de 2016 a 2019 (Ações Mais Relevantes e Plano Plurianual de Investimentos), até ao seu montante máximo;*

b) *Nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, compete ao órgão deliberativo emitir a autorização prévia para a assunção do compromisso plurianual cuja despesa esteja prevista nas Grandes Opções do Plano de 2016 a 2019 (Ações Mais Relevantes e Plano Plurianual de Investimentos), até ao seu montante máximo.*

3. *A inscrição de receita é uma das contrapartidas que o POCAL apresenta para a revisão orçamental; contudo, ocorrem situações em que não se pretende aumentar a despesa por conta da receita a inscrever, mas apenas garantir a sua*



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

Handwritten initials: Y and R

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

inscrição orçamental que é uma condição necessária à respetiva liquidação e cobrança.

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal a autorização para a inscrição de rubricas de receita, cuja necessidade de cobrança ocorra durante a execução, desde que exista rubrica no classificador orçamental para a mesma e não se pretenda aumentar o valor global do orçamento.

4. *Nos termos do artigo 28º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei nº 35/2014 de 26 de junho, o ato de aprovação de um mapa de pessoal deve ocorrer simultaneamente com a aprovação do orçamento. Compete à Câmara nos termos da alínea ccc) do nº 1, do Artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal para que este órgão nos termos do disposto na alínea o) do nº 1, do artigo 25º da mesma Lei aprove o mapa de pessoal para 2016;*
5. *Nos termos do nº 1 do artigo 9º, da Lei nº 53-E/2006 de 29 de dezembro que aprovou o Regime geral das Taxas das Autarquias Locais, é estabelecido que as taxas serão atualizadas anualmente conjuntamente com a proposta de Orçamento.*

Assim, com base nos considerandos acima vertidos, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal, para aprovação por este órgão deliberativo:

1. *As Opções do Plano e a Proposta de Orçamento para 2016;*

K
12



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

2. a) *Prévia autorização para a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais do que um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização para montantes superiores a € 99.759,58 num dos anos económicos seguintes ao da sua contração, cuja despesa esteja prevista nas Grandes Opções do Plano de 2016 a 2019 (Ações Mais Relevantes e Plano Plurianual de Investimentos), até ao seu montante máximo;*

b) *Autorização prévia para a assunção do compromisso plurianual cuja despesa esteja prevista nas Grandes Opções do Plano de 2016 a 2019 (Ações Mais Relevantes e Plano Plurianual de Investimentos), até ao seu montante máximo.*
- 3 *A inscrição de rubricas de receita, desde que não se pretenda aumentar o valor global do orçamento;*
- 4 *Proposta de Mapa de Pessoal para 2016;*
- 5 *Proposta de atualização do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas para o ano de 2016;*
- 6 *Proposta de atualização do Regulamento Municipal de Taxas e Compensações Urbanísticas para o ano de 2016.*

Cartaxo, 21 de outubro de 2015

O Vice-Presidente da Câmara,

Fernando M. S. Amorim"

Presidente

Sobre este ponto relatou o que foi elaborado em cumprimento das obrigações legais:



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

- ✓ Foram promovidas reuniões com os partidos da oposição e com os partidos que não tiveram representação municipal, nomeadamente o Bloco de Esquerda e com o CDS-Partido Popular.

Ao longo destas reuniões procurou-se estabelecer diálogo e entendimento alargado sobre matérias como o Plano de Ajustamento Municipal (PAM), o acesso aos fundos comunitários no âmbito do Portugal 2020, o aperfeiçoamento do modelo implementado em 2014 para os acordos de execução com as freguesias, o modelo a implementar para o estacionamento tarifado subterrâneo e à superfície, as propostas para as comemorações dos 200 anos, o processo Cartágua, as auditorias, os trabalhos do Plano Diretor Municipal (PDM), e o orçamento participativo;

- ✓ Concretizar objetivos estratégicos que visam um compromisso para o futuro;
- ✓ Consolidação estrutural através do Fundo de Apoio Municipal (FAM) e de medidas de maximização de receita;
- ✓ Conter a despesa corrente;
- ✓ Reduzir a dívida e os prazos médios de pagamento;
- ✓ Melhorar o sistema de compras de aquisição de compras públicas através da CCE-CIMLT;
- ✓ Modernizar procedimentos.

De seguida, realçou os fatores que condicionam o exercício para o ano de 2016:

- ✓ Plano de Ajustamento Municipal;
- ✓ RUMO 2020 mais concretamente o litígio com a Constrope/Gigabeira e a tentativa de acordo;
- ✓ Portugal 2020, condicionada pela instabilidade política e orçamental do próximo governo para câmaras municipais em situação de desequilíbrio financeiro;

d
R



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

- ✓ Auditoria à Cartágua, nomeadamente, o fator das atualizações do tarifário.

Informou que o orçamento ronda os 41.463.421,00 €, o que significa que é mais baixo 8,5 milhões em relação ao do ano passado, cerca de 17%. Na sua opinião, existe uma maior adesão à realidade das contas do município e em relação a valores está ao nível do orçamento de 2008.

Explicou que o investimento consagrado neste orçamento ronda os 5,8 milhões, mas em termos realistas é de 1,7 milhões, o remanescente é composto pelo carregamento da dívida de anos anteriores, o que significa que estes encargos financeiros condicionam a ação política do dia-a-dia, pois só em juros da dívida herdada estão em causa cerca de 4,1 milhões anuais e a dívida a nível de capital é de 12.003.000,00 €.

Mais acrescentou que atendendo às limitações expostas, tem como intenção executar as seguintes intervenções no ano de 2016:

- ✓ Requalificação do parque de máquinas para melhorar as condições de quem lá trabalha – 40.000,00 €;
- ✓ Beneficiação do edifício sede que tem tido muitos problemas de infiltrações e que necessita de pinturas – 94.000,00 €
- ✓ Parque de Exposições – Melhorar as condições para as empresas que ali se instalam nos certames e feiras – 54.500,00 €;
- ✓ Requalificação da escola básica 2/3 Pontével – 77.500,00 €;
- ✓ Aquisição de novas carrinhas escolares – 31.000,00 €;
- ✓ Pintura do pavilhão do Inatel e requalificação dos balneários – 33.500,00 €;
- ✓ Manutenção das piscinas municipais – 40.000,00 €;
- ✓ Polidesportivos da Quinta das Pratas – 42.000,00 €;
- ✓ Campo de ténis – 12.000,00 €;
- ✓ Pintura dos muros da Quinta das Pratas – 11.500,00 €;



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

- ✓ Projeto "Campo Seguro" (sinalização e requalificação de acessos a zonas agrícolas) – 7.000,00 €;
- ✓ Beneficiação e requalificação de estradas municipais – 972.000,00 € (arranjo de rotundas da circular urbana, regularização das rotundas, tronco entre a esquadra da Polícia de Segurança Pública e a Escola Secundária, rua Dr. Manuel Bernardo das Neves, passeios acesso à escola e intervenção para o escoamento das águas pluviais);
- ✓ Beneficiação de outras vias do concelho, nomeadamente da união de freguesias de Cartaxo e Vale da Pinta, mais concretamente no Cartaxo, a rua Serpa Pinto e as zonas de estacionamento que estão bastante degradadas, a rua José Poeira, rua da República e rua do Algar, em Vale da Pinta, a rua das Lameiradas, em Vila Chã de Ourique, o Largo Mariano de Carvalho (41.300,00 €), na Ereira e Lapa, a rua Francisco Sousa Cabral e, em Pontével, a rua das Marotas;
- ✓ Orçamento participativo – 5.000,00 €;
- ✓ "Comemorações dos 200 anos de elevação do Cartaxo a concelho" – 20.000,00 €;
- ✓ Aquisição de veículo de resíduos sólidos urbanos;
- ✓ Integração de 8 trabalhadores da RUMO 2020;
- ✓ Regularização do comando dos Bombeiros Municipais;
- ✓ Ampliação do cemitério municipal – 23.000,00 €/ano 2016, 7.000,00 €/ano 2017, 3.000,00 €/4.000,00 €/ano 2018;

De seguida, lembrou que estava previsto as zonas verdes serem concessionadas a uma empresa privada, no entanto, ainda não existem condições para tal, pelo que o município irá procurar cumprir o mesmo plano mas recorrendo a trabalhadores do instituto de emprego e formação profissional.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Mais referiu que está a procurar melhorar os espaços verdes e requalificá-los, substituindo gradualmente as plantas existentes por espécies com menor manutenção e mais bonitas do ponto de vista estético. Acrescentou que a concessão das zonas verdes poderia custar por ano cerca de 60.000,00 €, o que iria inviabilizar os alcatroamentos de alguns troços que estão muito degradados.

De seguida, referiu que este orçamento é de compromisso, respeitando o percurso que foi feito para sua construção ao longo do ano com a participação de todas as forças políticas, a quem foi pedido contributos e soluções.

Deu boa nota ao trabalho desenvolvido pelos trabalhadores do município, destacando o trabalho do senhor Vice-Presidente, da área financeira e dos coordenadores das várias áreas do município, nas várias reuniões de trabalho promovidas para procurar definir prioridades de forma realista e com algum grau de certeza em relação à sua concretização.

Vice-Presidente

Agradeceu a toda a equipa que produziu o orçamento e a todas as áreas de trabalho que colaboraram na sua elaboração.

Salientou que os 4 milhões de euros de juros, assim como, os 12 milhões de euros não são referentes apenas a 1 ano, mas sim, à acumulação das dívidas de anos anteriores.

Explicou que relativamente ao quadro plurianual de programação orçamental, o município cumpriu a meta prevista como indicador obrigatório no último Orçamento de Estado (44.000.000,00 € de orçamento).



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Realçou ainda que o orçamento tendo que ser apresentado em outubro, é elaborado sempre com um grau de incerteza, uma vez que não se conhecem os valores atribuídos através do Orçamento de Estado, existindo também alguma incerteza quanto à previsão de despesa até ao final do ano (outubro, novembro e dezembro), nomeadamente, com o processo da Valleypark, SA, com a liquidação e extinção da Rumo 2020 e até com a entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Vereador Nuno Nogueira

Questionou até que ponto o plano financeiro de sustentabilidade do município no âmbito do Fundo de Apoio Municipal (FAM) tem influência neste orçamento.

Mais referiu que, na sua opinião, para se preparar uma proposta de orçamento com rigor era conveniente ter, como instrumento base, o Plano de Ajustamento Municipal (PAM) para transportar algumas medidas para o orçamento.

Relativamente ao quadro plurianual de programação orçamental (página 32), questionou qual foi a metodologia usada para o carregamento das despesas e receitas para o orçamento de 2016.

Neste sentido, fez as seguintes considerações:

- ✓ Na receita, nos impostos indiretos, consta um valor de acréscimo de 684.000,00 €, ou seja, o valor que foi carregado no orçamento de 2016 quando comparado com a dotação atual de 2015;

RE



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

- ✓ Relativamente às taxas, multas e outras penalidades, verificou um acréscimo de 42.000,00 €, ou seja, o desvio que bate certo com aquilo que está elencado no orçamento é uma comparação entre o orçamento e a dotação anual;
- ✓ Nas vendas de bens e serviços onde há uma redução de 107,9 mil euros também há um desvio entre o orçamento de 2016 e a dotação;
- ✓ No orçamento está previsto um acréscimo de impostos indiretos na ordem dos 226.000,00 €, mas nas suas contas, o valor que lhe dá é de 11.846,00 €, se for comparado com o orçamento anterior.

Pelo exposto, disse não fazer sentido estar a comparar o orçamento de 2016 com o orçamento de 2015, pelo que gostaria de perceber qual a metodologia mais adequada, devendo existir uma metodologia mais correta.

Exemplificou que está em causa um valor de juros no montante de 4.115.000,00 € carregado no orçamento de 2016, pelo que pretendia saber se este é o valor real ou o valor expectável.

Relativamente à despesa com o pessoal (página 19), referiu que existe uma redução de 513.000,00 €, mas pelo desvio com base na dotação há um decréscimo de 170.000,00 €, o que não bate certo. Porém, se for feita pela projeção anual, com estimativa, verifica-se um acréscimo de 663.000,00 €. Neste sentido, referiu que continuava sem perceber a metodologia utilizada.

Presidente

Explicou que existem regras de contabilidade pública que se impõe na elaboração de um orçamento e que a metodologia utilizada encontra-se plasmada no POCAL – Plano



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Oficial de Contabilidade Pública e advém do seu cumprimento. Mais esclareceu que o Fundo de Apoio Municipal (FAM), ainda não era relevante, porém poderia acontecer ter que se elaborado um novo orçamento em função do recebimento da nova tranche do Programa de Apoio às Empresas Locais (PAEL), neste sentido, o orçamento deveria ser encarado como um instrumento previsional.

Quanto à questão do quadro plurianual de programação orçamental (página 32), referiu que os dados constantes da página 115 à página 119 (resumo da despesa por classificação económica) resultam do preenchimento da rubrica.

Realçou que o orçamento municipal é elaborado, em conformidade com o legalmente exigido, pelos trabalhadores da área da divisão de finanças, que há muitos anos, o elaboram fazendo cálculos, quer da receita, quer da despesa, que correspondem àquilo que a lei exige.

Vice-Presidente

Em resposta às questões colocadas esclareceu o seguinte:

Os métodos de cálculo da receita estão definidos na lei, à exceção dos impostos indiretos, exemplificando com a extinção da isenção do pagamento da taxa municipal de ocupação do subsolo à empresa Tagusgás, pelo que a esta receita (página 87) já não se aplica a regra dos 24 meses, sendo um facto direto que irá ter influência na receita, logo tem de ser carregada.

Esclareceu que, no caso do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), aplica-se a regra dos últimos 24 meses, o que até é prejudicial para o município porque a receita dos últimos 12 meses é superior, no entanto, a lei determina a aplicação da média dos últimos 24 meses.

NE f



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Em relação à despesa, deu conhecimento que é solicitado aos serviços municipais uma estimativa das despesas para o normal funcionamento e que depois cabe à área política decidir e integrar estas despesas consoante a receita que tem.

Quanto ao montante de 4.115.000,00 € referente a juros, esclareceu que 1.478.471,00 € é proveniente de dívida de anos anteriores e que 1.729.185,00 € corresponde à previsão de orçamento, ou seja, os juros para 2016, em termos de dívida para o orçamento, são de 908.000,00 €, o valor restante é proveniente de compromissos e de dívida de anos anteriores.

Por fim, referiu que relativamente às despesas com o pessoal o procedimento é igual, isto é, o orçamento líquido é de 6.191.000,00 €, mas tem que ser carregado tudo o que está para trás para fazer face ao orçamento de 2016.

Presidente

Realçou que só após conhecerem as despesas previstas é que é possível tomar opções políticas mediante a receita que o executivo tem para gerir e as suas prioridades.

Vereador Nuno Nogueira

Salientou que não estava a colocar em causa a idoneidade e a competência técnica dos trabalhadores da câmara municipal, apenas pretendia perceber os valores patentes no orçamento, uma vez que tem alguma dificuldade em perceber-los.

Referiu ainda que após as explicações dadas ficou a perceber um pouco mais, sem contudo, ficar totalmente esclarecido, pois continua sem perceber a redução de 3,22 milhões de euros de bens e serviços.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Vice-Presidente

Explicou que a redução provém de despesa paga, isto é, a taxa de execução desta.

Vereador Nuno Nogueira

Na sua opinião, o orçamento deveria ser elaborado com comentários junto ao quadro plurianual para ser mais fácil de perceber.

Presidente

Relembrou que este é o terceiro orçamento e que a metodologia não mudou em relação aos anos anteriores, os mapas estão em anexo e detalham, ao pormenor, o que cada rubrica comporta sendo o somatório destas rubricas carregado do quadro geral.

Terminou dizendo que, para a próxima vez, o executivo pode agendar uma reunião para poder aprofundar, com detalhe, qualquer dúvida em relação a qualquer matéria.

Vereadora Élia Figueiredo

Cumprimentou os presentes e deixou uma palavra de apreço à equipa técnica que elaborou o orçamento.

De seguida, questionou:

- ✓ Acerca da verba prevista para 2016, no montante de 155.396,00 €, para o projeto do parque de jogos do Sport Lisboa e Cartaxo (página 73);
- ✓ O carregamento de 2.307.781,00 € referente à Rumo 2020 (página 83), uma vez que esta entidade está para ser liquidada no final deste ano;
- ✓ O que é contemplado na verba de 809.424,00 €, com a designação "outros" (página 88) e com a classificação económica 051099;



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

- ✓ O que é contemplado no montante de 784.785,00 €, com a designação “outros” (página 90) e com a classificação económica 070399;
- ✓ Ainda na página 90, a receita contemplada para o novo equilíbrio orçamental, no montante de 22.903.437,00 €;
- ✓ A verba da classificação económica 05020220 “outros trabalhos especializados” (página 107);
- ✓ A verba da classificação económica 020115 “prémios, condecorações e ofertas” (página 116);
- ✓ O mapa de pessoal relativamente à abertura dos seguintes procedimentos concursais:
 - i. um comandante, um adjunto técnico e três subchefes, tendo em conta que o cargo de comandante está equiparado a chefe de divisão, perguntou se já havia autorização para o município ter chefes de divisão;
 - ii. 3 técnicos superiores na área de gestão de empresas, na área de educação cultural e comunitária e treino desportivo;
 - iii. 8 postos de trabalho para assistentes operacionais.

Presidente

Esclareceu que a verba de 155.396,00 € é uma dívida antiga para o pagamento do parque de jogos do Sport Lisboa e Cartaxo.

Relativamente à empresa municipal Rumo 2020, esclareceu que o executivo não está certo da sua liquidação até 31 de dezembro, por causa da litigância entre a Gigabeira e a Constrope e a perspetiva de acordo, porém, o executivo encontra-se a prever a internalização dos funcionários para o próximo ano.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Quanto à designação “outros” da página 88, informou que se trata das duas tranches referentes à Cartágua, por sua vez, a designação “outros” da página 90 é referente às rendas da EDP.

Mais referiu que o valor da receita contemplada para o novo equilíbrio orçamental, 22.903.437,00 €, consubstancia uma assunção do desequilíbrio proveniente do passado.

Quanto a verba da classificação económica 05020220 “outros trabalhos especializados” (página 107) esclareceu que 90% é proveniente de dívida carregada de anos anteriores, nomeadamente à Ecoliziria.

Sobre o montante da rubrica “Prémios, condecorações e ofertas” (página 116) clarificou que também está em causa o carregamento de dívida de anos anteriores.

Relativamente à questão do mapa de pessoal mencionou que o município tem que pedir autorização para o provimento de chefes de divisão e que a primeira prioridade deste executivo, em termos de recursos humanos, é de internalizar os trabalhadores/as que prestam serviço ao município através da empresa Rumo 2020, enquadrados no universo escolar, cultura e desporto. A segunda prioridade, será terminar com a situação irregular, dentro daquilo que é a nomeação e as funções que estão definidas para o comando dos Bombeiros Municipais. A terceira prioridade decorre da lei, e traduz-se no cumprimento do rácio.

Vice-Presidente

Justificou que o carregamento de 2.307.781,00 € referente à Rumo 2020 consistia na previsão existente do direito de superfície e dos prejuízos acumulados da Rumo 2020.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Sobre o montante da rubrica "*Prémios, condecorações e ofertas*" (página 116), esclareceu que estava em causa uma parcela grande referente a livros escolares que são atribuídos às crianças do 1.º ciclo (escalão A e B).

Vereador Vasco Cunha

Cumprimentos os presentes, deu os parabéns aos colaboradores da câmara municipal pelo trabalho desenvolvido e de seguida apresentou algumas considerações e questões:

- ✓ Questionou a previsão para a realização da próxima sessão da Assembleia Municipal;
- ✓ Perguntou se o contrato-programa com a Rumo 2020 ainda está previsto no orçamento para o 1.º semestre;
- ✓ Referiu que, da parte da câmara municipal foi cumprido o estatuto da oposição, porém, não tendo estado presente em nenhuma reunião tida com as forças políticas, considera existirem pontos que carecem de informação;
- ✓ Fez uma comparação com o orçamento da câmara municipal de Santarém aprovado para 2016, no montante de 46.000.000,00 €, que tal como o orçamento da câmara municipal do Cartaxo também tem vindo a reduzir, contudo, o do município de Santarém é duas vezes maior que o do município do Cartaxo e as estimativas orçamentais destes dois municípios estão separadas por 5.000.000,00 €. Tal facto, na sua opinião, é revelador do que foi acontecendo nestes últimos anos, particularmente nestes dois municípios;
- ✓ Sublinhou a ausência do plano financeiro de sustentabilidade para o município e referiu que este também terá que ser analisado em sessão de Assembleia Municipal.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Presidente

Relativamente ao plano de ajustamento municipal, esclareceu que, nesta fase em que será apresentado um *draft* à comissão executiva do FAM ainda não existe obrigatoriedade de deliberação camarária, no entanto, por opção política o *draft* será submetido a apreciação e deliberação camarária.

Sobre as reuniões com as forças políticas, transmitiu que o executivo teve como objetivo conhecer as prioridades destas em relação ao investimento e se tinham algumas propostas para aumentar a receita, tendo para tal, sido fornecidos dados mais objetivos e um histórico daquilo que foi feito nos últimos anos.

Vice-Presidente

Quanto à previsão das verbas do contrato-programa com a Rumo 2020, esclareceu que a partir da entrada em vigor da Lei n.º 50/2012, o contrato-programa deixou de produzir efeitos, estando o município vinculado a repor o equilíbrio pelos resultados negativos. No entanto, esta entidade faturou ao município a importância de 559.000,00 €, que se encontrava prevista em PAEL.

Vereador Vasco Cunha

Referiu que no introito do orçamento é feita uma referência que não é despiciente, para toda a conversa que têm vindo a fazer desde há dois anos, e que obriga a que este município tenha que olhar para as suas contas, muito para além do atual mandato.

Neste sentido, fez referência aos cinco objetivos estratégicos da consolidação orçamental referidos na página 12 e disse que estes têm um conjunto de 5 fatores relevantes, mais concretamente o Plano de Ajustamento Municipal (PAM), a extinção da Rumo 2020 e a eventual internalização dos recursos humanos, os fundos

4

12



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

comunitários do Portugal 2020 e o enquadramento na relação que o município tem com a Cartágua.

Relativamente ao futuro, anotou que há um conjunto de 7 premissas que não são diferentes daquelas que, a esmagadora maioria dos orçamentos, ao longo dos últimos anos, tem tido. Os objetivos para garantir o futuro passam pela continuidade do trabalho de parceria e de cooperação institucional com as seis freguesias; a cooperação no seio da CIMLT, o trabalho que está a ser realizado no âmbito das comemorações dos 200 anos da elevação do Cartaxo a concelho.

De seguida, leu o que consta do relatório do orçamento no contexto macroeconómico (página 7): *"...os grandes objetivos estratégicos constantes do programa do Partido Socialista para o concelho do Cartaxo e também com os contributos recolhidos das restantes forças políticas que concorreram as últimas eleições autárquicas..."*.

Na sua opinião, os objetivos estratégicos do PS e as propostas dos partidos políticos que deram origem a entendimentos foram feitos, ao longo dos primeiros anos de mandato, por episódios pontuais, não existindo um consenso generalizado, quer da parte do executivo, quer da parte das forças políticas, que não seja o reconhecimento da existência de uma dívida brutal. No entanto, os caminhos para resolver esta situação nunca foram contextualizados neste município, no seu entendimento, tem existido ao longo destes dois anos, o senhor Presidente procurar entendimentos pontuais com as diferentes forças políticas, nomeadamente, no caso da Cartágua, no âmbito dos protocolos com as juntas de freguesia, no consenso e entendimento com a banca, e com a Caixa Geral de Aposentações.

Realçando que não há um entendimento, para além destes episódios, que seja de todas as forças políticas.

De seguida, leu o parágrafo seguinte:



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

"O Município do Cartaxo necessita de encontrar um modelo de crescimento e desenvolvimento sustentável, assente numa gestão eficaz e eficiente dos seus recursos, procurando um aumento da produtividade e competitividade da economia local." (página 11)

Assim, salientou que se encontravam a metade do mandato e que ainda se procurava um modelo de crescimento e de desenvolvimento sustentável, o que na sua opinião é pouco.

Leu ainda um parágrafo da página 12:

"No início do mandato, o Cartaxo era o terceiro município mais endividado do país, o risco de rutura no pagamento de salários e no fornecimento de serviços básicos era uma realidade, o atraso no pagamento a fornecedores durava há anos e anos, a dívida com títulos executórios e a elevada litigância, asfixiavam a gestão do município, as retenções da DGAL, só as referentes ao excesso de endividamento, ainda hoje estão espelhadas nas contas do município."

Face ao mencionado, referiu a existência de um conjunto de pressupostos marcados pelo aumento de impostos e fazendo um pequeno balanço sobre os números apresentados pode-se aferir que o gerado em receita de impostos diretos e indiretos, serviu para pagar dívida à banca e a fornecedores, não sobrando praticamente nada.

Daqui pode concluir que, mais uma vez, são os cidadãos desde município que pagam a dívida contraída no passado que o atual executivo é obrigado a pagar.

Assim, pode constatar que, para o ano de 2016, se prevê um acréscimo de mais de 684.000,00 € em impostos municipais diretos, assim como, o acréscimo nas multas e em outras penalidades (42.000,00 €) e o acréscimo nos impostos indiretos

RE



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

(226.000,00 €). Mais referiu que, no próximo ano, os munícipes deste concelho pagarão de impostos mais 800.000,00 € do que pagariam em 2015.

Acrescentou que na despesa está prevista uma redução de 5.8 milhões de euros, sendo que na despesa de capital há uma redução de 2.000.000,00 €, na aquisição de bens e serviços há uma redução de 3,22 milhões de euros e com o pessoal há uma redução de 513.000,00 €.

A acrescer existe um conjunto de premissas apresentadas como sendo possíveis de ajudar a reduzir a dívida e a melhorar a máquina e a eficiência do município, nomeadamente, melhorar o sistema de compras, facto este que não depende da câmara municipal, mas sim da CIMLT, e investir e melhorar o concelho.

Mais referiu que neste orçamento ressalta a gestão que o município está obrigado a fazer, no domínio das finanças onde não há grande perspectiva económica. Na sua opinião, para a redução da despesa é preciso reunir consensos mesmo que a despesa seja escassa e deu como exemplos, os programas de redução da despesa ao nível do consumo energético; a venda de quiosques municipais; solucionar o antigo quiosque do Valverde através de um empreendedor que esteja interessado em recuperar e dinamizar este espaço; instalação de bombas de gasolina; analisar a possibilidade do município encontrar outras soluções de parceria em vez da ampliação do cemitério municipal, como previsto no orçamento; encontrar uma solução para o Casal Branco; equacionar parcerias económicas com algum do património que o município tem, designadamente escolas, mercados, extensões de saúde; rentabilizar as instalações do Estádio Municipal; encontrar uma parceria para a gestão do Centro Cultural do Cartaxo; assim como, promover a revisão urgente das tabelas de taxas praticadas nos equipamentos desportivos da Quinta das Pratas.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Salientou que o consenso existente sobre o endividamento do município e o facto de serem os impostos a pagar a dívida, deu origem à desigualdade da qualidade de vida que, hoje, os municípios do Cartaxo comparativamente aos municípios de concelhos vizinhos.

Referiu ainda que numa entrevista que o senhor Vice-Presidente deu a um órgão de comunicação social deu conhecimento que a dívida ia ser paga em 25 anos e, na sua opinião, 25 anos é uma geração, pelo que município tem que *"gritar bem alto"* junto do governo, que não irá conseguir resolver sozinho a sua situação e procurar junto do futuro governo soluções urgentes.

Presidente

Relembrou que em determinada altura da sua vida política, considerou que o município estava a caminhar para o abismo se seguisse a linha que estava a ser seguida e, neste sentido, tomou as suas próprias decisões, rompendo dentro do seu partido e construiu um projeto alternativo que foi vencedor, não tendo participado de uma forma direta nos últimos 6/7 anos da vida política, porém, em nome do seu partido, assumiu tudo, ou seja, o bom e o mau.

Mais acrescentou que, no discurso de tomada de posse a 16 de outubro tinha sublinhado que a maioria relativa obrigava o executivo a procurar os necessários consensos para matérias que considera estruturais, no entanto, até agora foram apresentadas muito poucas propostas por parte dos partidos da oposição. Realçou, contudo, que caso o executivo tivesse maioria absoluta, o diálogo seria o mesmo.

Relativamente ao aumento de impostos, esclareceu que não é o município quem define os impostos, mas sim a legislação em vigor da iniciativa do governo ou da Assembleia da República.

12



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Quanto às propostas apresentadas pelo vereador Vasco Cunha, referiu que algumas estão consagradas no orçamento, designadamente, a eficiência energética que foi proposta no âmbito do quadro comunitário de apoio; os quiosques municipais estão a ser desencadeados os procedimentos, um dos quais ficou deserto; o estádio municipal encontra-se em regularização patrimonial, sendo necessário proceder à sua regularizar para depois se poder arrendar; o Casal Branco tem existido muitas reuniões de trabalho com a empresa.

Acrescentou que não tem existido propostas concretas sobretudo em relação aos problemas do município, por vezes, o executivo sente-se sozinho, não só em relação a esta matéria mas também quando se continua a “atravessar” com o incumprimento da lei dos compromissos e pagamentos em atraso.

Neste sentido, recordou o sentido de voto de cada força política, em sessão extraordinária da Assembleia Municipal, quando se teve que regularizar uma situação antiga da Valleypark, assim como, as respostas urgentes para o apoio transitório urgente (ATU), no âmbito do Fundo de Apoio Municipal (FAM), e o sentido de voto da deliberação que era necessária para salvar salários, compromissos bancários, entre outros, pois se não fosse a abstenção de um vereador a proposta de deliberação tinha sido chumbada.

Salientou que todos devem de assumir as responsabilidades e o sentido de compromisso para as soluções.

Citou a frase do senhor Vereador Vasco Cunha “o município do Cartaxo tem que gritar bem alto junto do Governo...” e disse que o senhor Vereador tinha sido deputado da Assembleia da Republica, durante os últimos anos, e nunca o ouviu “gritar bem alto” na defesa de mudanças na legislação, concretamente do FAM e PAEL.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Mais acrescentou que os partidos da oposição têm maioria absoluta neste executivo e se entenderem que as opções apresentadas pelo executivo são as erradas, podem apresentar propostas alternativas, pois da parte do PV-MPC só ouviu considerações técnicas e da parte do PSD, para além do comentário político, foram apresentadas 3 ou 4 propostas que somadas não dão mais do que 10.000,00 €/ano.

Referiu ainda que todos reconhecem que o município não está bem, mas perante o problema é preciso saber quais as soluções, quais as prioridades e qual o caminho alternativo.

Vereador Vasco Cunha

Na sua opinião, o senhor Presidente tinha perdido a oportunidade de fazer mais reflexão sobre esta matéria, desviando-se para a sua prestação como deputado na Assembleia da República e reiterou que o caminho que está a ser percorrido é de muita finança e de pouca economia.

Referiu ainda que as propostas apresentadas podem gerar pouca receita, no entanto, é mais receita do que aquela que existe neste momento, contudo, não estava a por em causa as opções apresentadas, pois tem consciência que existem intervenções como os alcatroamentos que precisam de uma intervenção mais alargada do que a prevista no orçamento, mas se o senhor Presidente diz que só consegue contemplar a verba que está no orçamento, tem que respeitar.

Por fim, referiu que a situação do município, hoje, é incomparavelmente mais grave do que a situação dos municípios vizinhos e os munícipes que pagam os impostos no máximo não tem a possibilidade de ver retribuído o serviço em função dos impostos que pagam, neste sentido, sendo o Município do Cartaxo o terceiro mais endividado do país é preciso uma solução urgente.

8
12



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Presidente

Na sua opinião, o executivo não precisa de mais reflexão, mas sim de tomar opções políticas e relembrou que também não queria este cenário e que até abriu uma guerra, dentro do seu partido, por ser contra ao caminho que estava a ser seguido. No entanto, ao contrário do senhor Vereador Vasco Cunha, acha que o município está melhor, pois as ruas estão mais limpas, os jardins estão em melhores condições, as estradas da zona do Prioste e do Moinho Saloio estão alcatroadas, a obra da estrada do Setil está concluída, tal como, as infraestruturas do Valleypark, entre outras. Concluindo que Município do Cartaxo apesar de estar perante um quadro de asfixia financeira, tem avançado.

Em relação à carga brutal de impostos, recordou que o senhor Vereador Vasco Cunha, mais do ele, teve uma situação privilegiada para intervir no ponto de vista de quem faz as leis.

Terminou afirmando que o executivo apresentou as suas propostas, mas se houver outro caminho, os vereadores da oposição devem apresenta-lo para que possa ser discutido.

Deliberado, por maioria com 3 votos a favor do PS e 4 abstenções (2 PV-MPC e 2 do PSD), aprovar a proposta apresentada.

2. Plano financeiro de sustentabilidade do Município no âmbito do Fundo de Apoio Municipal

Retirado da ordem do dia.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

3. Minuta de contrato de comodato – Edifício da Escola Básica, n.º 2 – Vila Chã de Ourique/para conhecimento;

A Câmara tomou conhecimento.

4. Informação n.º 139/2015 DAOEM – Ponte sobre a Vala da Asseca – Ponte do Reguengo, Valada – Proposta para a inspeção técnica à infraestrutura e elaboração de relatório/para conhecimento;

A Câmara tomou conhecimento.

5. Informação n.º 140/2015 DAOEM/AATA – Reparação da parede contígua ao antigo quartel da GNR – Prestação de serviços – Estimativa orçamental/para conhecimento;

A Câmara tomou conhecimento.

6. Associação de Municípios Portugueses do Vinho - Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2016/para conhecimento;

A Câmara tomou conhecimento.

7. Edital n.º 91/2015/para conhecimento;

A Câmara tomou conhecimento.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Senhor José Nicolau

Tendo em conta que a câmara municipal utilizou o fundo de emergência, questionou se este tinha obrigado ao parecer prévio previsto no artigo 35.º

Vice-Presidente

Esclareceu que a proposta de orçamento será enviada à DGAL e que esta entidade irá, por sua vez, remeter ao FAM e que a comissão executiva do FAM junto da DGAL recolhe os elementos necessários, motivo pelo qual não é preciso parecer prévio, pelo menos nesta fase.

FORMA DE VOTAÇÃO – As deliberações constantes desta ata foram aprovadas, por unanimidade, no final da reunião, sob a forma de minuta que foi assinada pelo Senhor Presidente e por quem a lavrou, nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

ENCERRAMENTO – E nada mais havendo a tratar, o senhor presidente, deu como encerrada a reunião, quando eram 20 horas e 20 minutos, para constar se lavrou a presente minuta da ata, e eu, Andreia Santos Elvas, a redigi e subscrevi e vou assinar junto do senhor presidente.

PRESIDENTE

Pedro Miguel Magalhães Ribeiro

SECRETÁRIA DA
REUNIÃO DE CÂMARA

Andreia Santos Elvas